ASPECTOS DIVERGENTES NOS DISCURSOS GERONTOLÓGICOS

Maria José Ponciano[1]

RESUMO

O envelhecimento da população brasileira entra na agenda das políticas públicas com visão negativa, associado a gastos públicos, desregulamentação da previdência e programas de saúde.

O presente artigo faz uma análise dos diferentes ângulos em que são abordados os temas gerontológicos, muitas vezes com arcabouços teóricos distintos, clichês desatualizados e preconceituosos, outras vezes com visões mecanicistas, estáticas, neomalthusianas, que causam grandes discrepâncias e chegam a resultados díspares, levando, inclusive a fundamentação de reformas da previdência, e outras restrições.

Assim é que o envelhecimento está sendo visto como benefício e ao mesmo tempo como uma ameaça a um sistema que irá implodir.

As previsões dos demógrafos não tem se concretizado ao longo das décadas, entretanto, conti\nuam as pregações de que as pessoas idosas não são rentáveis, de que é contraditório as mulheres aposentarem-se mais cedo, de que a previdência vai quebrar, apesar dos dados da ANFIP comprovarem o contrário.

Nada garante que vamos chegar a 2050 conforme apontam as previsões demográficas. Da mesma forma que não se concretizou a explosão demográfica de décadas passadas, a implosão anunciada com certeza não se concretizará.

Constatando, através da leitura de Bordieu, Nascimento Dias e Simone de Beauvoir, que o sistema vigente é o causador da grande maioria das divergências, propomos a saída pela educação permanente, uma pedagogia emancipadora a que se refere Paulo Freire, para que as pessoas idosas tenham condições de identificar e criar alternativas para as constantes ciladas.

Palavras chave: Envelhecimento, gênero, mulher idosa, educação permanente, sexualidade, violência, demografia, previdência,

---

[1] Psicóloga, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialista em Psicologia Pedagógica, pela FGV, Analista de Sistemas pela UERJ, Especialista em Ciências Contábeis, pela FGV e Especialista em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, pela ENSP/FIOCRUZ. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI-RJ gestão 2011/2013. Coordenadora Geral do Instituto Vivendo-Gerus, Secretária Geral do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa. Diretora da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA – ANG-RJ, Conselheira do CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CEDEPI-RJ
Titulada Gerontóloga pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG em abril de 2014.

APRESENTAÇÃO

Aspectos Demográficos-

Partimos da constatação de que o número de brasileiros acima de 60 anos, amparado pela diminuição da fecundidade e maior expectativa de vida, deve praticamente quadruplicar até 2060.

Segundo estimativa de projeções populacionais baseada no Censo de 2010, realizada pelo IBGE, a população com essa faixa etária deve passar de 19,6 milhões (10% do total da população), em 2010, para 73,5 milhões (34% do total), em 2060. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar de 73,9 anos em 2010 para 81,2 anos em 2060.

As divergências no discurso gerontológico começam na escolha do grupo de idade da população a ser trabalhada. É uma evidência que os números estatísticos diferem significativamente se considerarmos uma população de 60 anos e mais ou de 65 anos e mais, comparadas com o total da população. Apesar de óbvio, este fato tem gerado números divergentes de autor para autor. Estamos considerando, neste trabalho, a idade de 60 anos por ser o marco legal para ser considerado idoso pelo Estatuto do Idoso. A Constituição Federal, quando determina a idade de 65 anos refere-se apenas ao direito da gratuidade no transporte.

A tabela abaixo foi elaborada para constatar as diferenças percentuais no que se refere à escolha do grupamento de idade. São aspectos que devem ser examinados cuidadosamente posto que estas divergências de números geram resultados e análises divergentes, o que contribui para o quadro contraditório que frequentemente encontramos nos estudos do segmento.

Projeção da população do Brasil por idade para o período 2000-2060
POPULAÇÃO TOTAL - IDADES SIMPLES

Em mil

	2000	2010	2015	2025	2060
TOTAL POP	**173.448**	**195.497**	**204.450**	**218.330**	**218.173**
60 e mais	14.235	19.601	23.940	35.427	73.551
%	8%	10%	12%	16%	34%
65 e mais	9.722	13.253	16.143	24.676	58.411
%	6%	7%	8%	11%	27%

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Considerando o aspecto demográfico, é fato que vivemos um processo de envelhecimento acelerado que ocorria apenas em países da Europa e hoje já observamos a inversão da pirâmide etária também no Brasil. Lucia Palma, em 2000, já afirmava que o Brasil fez a transição demográfica muito mais rapidamente que em outros países da Europa. Afirmação essa devidamente justificada pelo fato de que as técnicas que foram desenvolvidas lentamente na Europa, aqui já estavam disponíveis. E, portanto, não se trata de uma situação dramática, mas de avanço civilizatório.

Assim, sua abordagem coloca o envelhecimento mais como conquista do que como um problema, enfatizando ser essencial que políticas adequadas sejam desenvolvidas para que haja um envelhecimento digno e saudável, com qualidade de vida.

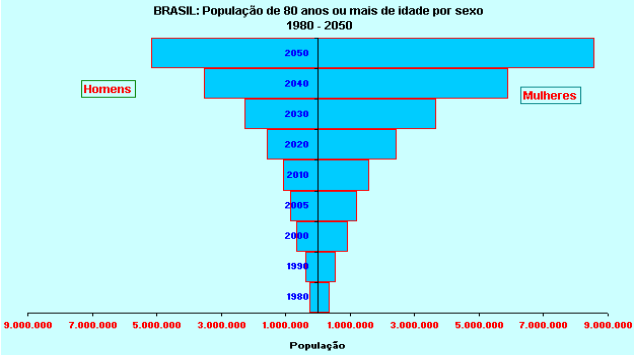
Sem dúvida, como aponta Palma (2000), os números indicam que estamos caminhando para uma explosão demográfica relativa que exigirá o aumento dos gastos públicos para atender às demandas da população. Mas, é preciso destacar que há várias modelos para lidar com esta questão e que tratada adequadamente, necessariamente não vai gerar aumento de gastos públicos.

Consideramos preocupantes algumas abordagens de teóricos e técnicos da área, que, ao contrário, trazem uma visão estreita e tendenciosa das consequências do acelerado envelhecimento populacional. São visões estáticas, mecanicistas, que levam em consideração apenas números captados do passado sem a necessária transposição para os tempos futuros, sem a apreensão do salto qualitativo presente nas análises históricas.

De fato, os aspectos demográficos do envelhecimento da população no Brasil e no mundo devem servir como alerta para mudanças necessárias, mas não podem servir de fundamentação para reformas da previdência e outras reformas gerando restrição de direitos, reformas essas que já se encontram gestadas há décadas e pertencem a outro arcabouço teórico.

-Feminização do Envelhecimento

Neste quadro de crescimento da população idosa em nosso país, deparamo-nos com o fenômeno chamado de feminização do envelhecimento. De acordo com o IBGE, as mulheres continuarão vivendo mais do que os homens. Existe hoje uma sobrevida das mulheres, em relação aos homens, de mais de 10 anos. Em 2060, a expectativa de vida delas será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens. Em 2010 elas viviam, em média, até os 77,3 anos, enquanto eles, até os 69,7 anos. Atualizados para 2014, estes números vão de 70,8 para eles e 78,3 para elas. Como consequência, já temos hoje uma população idosa predominantemente de mulheres.



Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/metodologia.pdf

A questão da feminização do envelhecimento aponta para a necessidade de serem discutidas políticas específicas para mulheres no segmento idoso, eixo que também tem sido alvo das diretrizes internacionais.

Entretanto, a questão leva demógrafos à argumentação de que consideram uma contradição as mulheres se aposentarem mais cedo que os homens pelo fato de terem uma esperança de vida mais elevada, como encontramos no documento do IPEA, Texto para Discussão nº 1890 (2013). Esta argumentação, não encontra sustentação nos depoimentos dos movimentos de mulheres no Brasil, apenas fundamentam preocupações governamentais e do Banco Mundial no sentido de restrição de direitos fundamentando reformas. É verdade que, como sustentam as autoras, o sistema de aposentadoria não foi feito para repor desigualdades e sim indenizar o fim da capacidade produtiva, mas também é verdade que as políticas públicas são moldadas pelos movimentos sociais e que o movimento de mulheres conquistou, com muita luta, argumentação e fundamentação, o direito de aposentar-se mais cedo, não cabendo repensar a legislação. Trata-se, portanto de uma grave divergência que encontramos presentemente nos discursos gerontológicos.

ASPECTOS ECONÔMICOS

– Um Sistema que irá Implodir

Diante do fenômeno do envelhecimento, que ocorre mundialmente, as organizações internacionais trazem o discurso de fomentar o desenvolvimento para melhorar a vida das pessoas contribuindo para que a pessoa idosa viva melhor e seja parte integrante desse desenvolvimento. Promover o 'envelhecimento ativo', que, segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS "*é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas*", é, sem dúvida, uma proposta factível e necessária.

Entretanto, apesar dos discursos, ou, entrecortando os discursos, percebemos que o envelhecimento ainda não é visto como conquista mas como problema. Podemos citar algumas preocupações do Banco Mundial com o envelhecimento no Brasil, no documento Envelhecendo em um Brasil mais Velho (2011):*"No Brasil, a parcela das transferências públicas per capita destinadas à população idosa, se comparada à fração para as crianças, é muito maior do que em qualquer outro país da OCDE e da América Latina e do Caribe com sistemas proteção social similares.". E conclusões como: "Uma descoberta importante é que gastos em saúde provavelmente aumentarão substancialmente no Brasil."; "O sistema previdenciário é responsável pela quase erradicação de pobreza entre os mais velhos. Contudo, isso veio a um elevado custo e tem resultado num sistema com incentivos mal focados e distorções". [pags. 11,55,58]*

Neste sentido, a preocupação com a situação das pessoas idosas merece uma atenção especial pelas peculiaridades inerentes a esta fase da vida. Mas traz, paralelamente, uma inquietação com um sistema que poderá implodir. É assim que as referências sobre a implosão demográfica, via de regra, são acompanhadas de projeções governamentais sobre os gastos públicos com a aposentadoria e a saúde sempre indicando que irá inviabilizar o sistema nacional.

Não é o envelhecimento da população que vai trazer o caos à previdência, mas a ineficiência do sistema, o desvio das verbas da seguridade de suas finalidades,

conforme denuncia a ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Falta nos cálculos demográficos a previsão desses momentos críticos de reversibilidades a exemplo do que ocorre com os testes de estresse na gestão de risco do sistema financeiro, levando em conta os efeitos cíclicos que afeta todo o universo, os saltos qualitativos da natureza.

No cenário negativo não são computados o nível de escolaridade crescente, a participação da mulher no mercado de trabalho, a criatividade, as novas tecnologias, os avanços da medicina.

Segundo Camarano (2014), demografia não é destino e, da mesma forma que a história não confirmou a explosão demográfica, espera-se que não confirme a implosão também: *"Assumir que crescimento de um grupo populacional se constitua num problema, é assumir padrão tecnológico constante, uma oferta inelástica de recursos e um padrão estático da distribuição dos mesmos. As gerações encontram seus mecanismos de equilíbrio"*. A autora, lançando novas luzes sobre documento anterior "Estatuto do Idoso Avanços com Contradições" (2013), conclui esperando que os debates sigam desvinculados das lentes malthusianas.

A visão de que o envelhecimento seja uma ameaça, que vai implodir a previdência, vai implodir os serviços de saúde, vai gerar crises intergeracionais em função dos direitos conquistados, é tão forte que não é anulada nem pela constatação de que o envelhecimento já é um mercado de consumo rentável há algum tempo.

Este chamado mercado da terceira idade constitui-se um fator que contribui para o crescimento do PIB, mas nunca é lembrado pelos técnicos a serviço do sistema dominante. Adicionalmente, da mesma forma que o trabalho da mulher, existe um trabalho invisível da pessoa idosa não computado no PIB. Vamos pensar, tão somente no cuidado com os netos, liberando jovens para o mercado de trabalho, quanto valeria se computado?

ASPECTOS CULTURAIS

O discurso gerontológico está fadado a ser permanentemente atualizado, à medida que as décadas se sobrepõem. Esta é uma preocupação que devemos ter: uma constante verificação para avaliar se não estamos, em cada caso, nos referenciando em pessoas idosas de décadas passadas, que não corresponde mais a uma pessoa idosa contemporânea, que vivenciou, quando jovem, a revolucionária década de 60.

É assim que vemos ainda referências ao reduzido grau de escolaridade das pessoas idosas como regra, uma evidência que, embora real, não é constante, posto que se modifica a cada ano que passa. Para as gerações passadas, o ápice dos estudos era o segundo grau, o que gera esta disparidade quando comparada com a escolaridade urbana atual. Mas há 60 anos essa realidade se modificou e já podemos constatar o crescimento da formação universitária refletidas na população idosa de hoje, especialmente na Região Sudeste. Embora ainda tenhamos um baixo índice de escolaridade no Brasil, a taxa de frequência à escola é crescente em cada censo, segundo os dados do IBGE, inclusive no que se refere às matrículas no ensino superior. Segundo Queiroz et all, a reforma universitária de 1968 foi extensa e profunda e produziu efeitos paradoxais no ensino superior no Brasil. Dentre eles, um incremento da formação superior, especialmente entre 1970 e 1980. Desta forma, o quadro abaixo não pode deixar de ser considerado antes de se fazer qualquer análise sobre o nível de instrução de pessoas idosas. Queremos ressaltar que estamos exatamente num período de transição, posto que, a pessoa com 60 anos hoje começou seus estudos universitários na década de 70. E 10 anos antes (1960), o número de matrícula em estabelecimento de ensino superior era quatro vezes menor! E 10 anos depois, ou seja, a próxima geração de pessoas com 60 anos, triplicou! Assim, a análise gerontológica deve ser cuidadosamente atualizada, fundamentada, sempre.

Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1945 – 2010)

Ano	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
	Número	Número	
1945	21.307	19.968	41.275
1960	59.624	42.067	101.691
1970	210.613	214.865	425.478
1980	492.232	885.054	1.277.286
1990	578.625	961.455	1.540.080
2010	1.643.298	4.736.001	6.379.299

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2010)

Frequentemente deparamo-nos com termos como “melhor idade”, versos decantando que ser velho é ruim, bom é ser idoso e charges nos induzindo a sermos “velhos”, mas de “alma jovem”. E acabamos repetindo, compartilhando no *facebook* essas conotações de velho, eivadas de preconceitos, reforçando uma cultura que valoriza o jovem. Hoje, felizmente, a tendência é usar menos o termo idoso e assumir o termo velho mesmo, no sentido de sua aceitação. Se queremos valorizar o velho, penso que temos que buscar o valor VIDA. Mais vida é o diferencial que os anos trazem.

Os discursos vão se sobrepondo em camadas, ficando desatualizados à medida que avançamos pelas décadas, e não percebemos que a população que mais rapidamente se transforma é a de mais de 60 anos. Um dos fatores deste fenômeno é explicado pelo fato de que começa a entrar na velhice a geração dos anos 60, que revolucionou o mundo e agora revoluciona o conceito de ser velho.

Estamos, portanto, numa época de transição. A pessoa idosa que emergirá ainda não conhecemos, mas com certeza contradirá tudo o que dele se escreveu nas últimas décadas. Nossa tarefa consiste em buscar os referenciais que marcarão esta transição.

-Quadro da Violência contra a Pessoa Idosa no Brasil.

As denúncias de violência contra pessoas idosas no Brasil subiram 65% em 2013. É o que registra os dados oficiais do Disque 100, canal de recebimento gratuito de denúncias via telefone, a nível nacional, um programa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Embora o crescimento das denúncias também esteja relacionado à maior divulgação do programa aliados à maior conscientização da população, trata-se de um indicador que merece atenção.

Lideram as denúncias os casos de negligência, violência psicológica e abuso financeiro. É verdade que é preciso levar em conta alguns fatores: que as denúncias podem refletir brigas de vizinhos, disputas pelo patrimônio e avaliações equivocadas dos envolvidos. Outro fator também pesa nesta estatística: não há um indicador do que chamamos de violência estatal. Aquela violência praticada pelo próprio Estado quando implementa programas de redução das aposentadorias, não disponibiliza serviços de saúde, profissionais capacitados, prevenção de sexo seguro, dentre outros. Sem contar

que, a falta de serviços públicos apropriados que ofereçam cuidados e acompanhamento à pessoa idosa enquanto os familiares não podem estar presentes aumentam consideravelmente a violência familiar. A visão limitada e equivocada dos governantes no que se refere à destinação de verbas do orçamento para implementação de ações com pessoas idosas é, sem dúvida, um outro fator de violência.

Segundo os dados do Disque 100, filhos foram apontados como agressores em 51% dos casos e os netos em 8%.

Esta evidência já foi constatada pelo Professor Vicente Faleiros em seu livro Violência contra a pessoa idosa ocorrências, vítimas e agressores (2007), o que nos leva a uma séria constatação: os filhos e netos são os maiores agressores não só porque estão mais próximos, mas, principalmente porque em nossa cultura falta educação sobre envelhecimento, que levaria a uma maior conscientização.

-Artigo 22 do Estatuto do Idoso

Destacamos no aspecto educacional uma questão primordial: é preciso que se cumpra o artigo nº 22 do Estatuto do Idoso, que determina a inclusão nos currículos mínimos de conteúdos voltados para o envelhecimento. Se adequadamente educadas e conscientizadas, a população tenderia a reagir positivamente, o que reduziria sobremaneira os casos de violência. É pela educação formal que podemos conseguir reverter o quadro atual de preconceito e desinformação. Não é por outro motivo que o Fórum Nacional pelos Direitos da Pessoa Idosa preocupa-se com esta questão, conforme Recomendação contida na Carta de Curitiba no V Encontro Nacional.

Com relação ao sistemático não cumprimento do Artigo 22 em nosso País, não podemos deixar de remeter a Bordieu (1982) que apresenta o sistema educacional como uma das instituições onde o sistema social se apoia para assegurar sua reprodução ou para manter a ordem das coisas.

Segundo Bordieu (1975), a reprodução do sistema de ensino permite a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça como poder simbólico a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade. Chama de violência simbólica a manifestação do conhecimento através do reconhecimento da

legitimidade do discurso dominante. A violência simbólica expressa-se na imposição "legítima" ou dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho.

Neste sentido, o não cumprimento do artigo 22 do Estatuto do Idoso pode ser considerado um mecanismo de reprodução do sistema vigente (pela omissão), que se caracteriza em violência contra pessoa idosa, a VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, uma forma que devemos acrescentar ás já existentes, corroborando os efeitos perversos do sistema econômico vigente que apontamos no presente trabalho.

Assim, encontramos em algumas pesquisas a evidencia de que os velhos eram mais respeitados em sociedades primitivas, porque a ordem econômica nelas era outra.

Nos estudos de Nascimento Dias, disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/Modalidade_1datahora_09_06_2014_16_17_45_idinscrito_892_9342df0289e81767a18b979ebeff59af.pdf>, constatamos que o idoso em nossa sociedade não é reconhecido porque seu conhecimento já não é mais utilizado pelas novas gerações. Nas sociedades primitivas africanas como nas sociedades orientais o conhecimento era repassado oralmente, tinha valor existencial e espiritual, os idosos eram os guardiões da memória, ouvido e preservado pelos mais jovens. Era o guardião do saber da comunidade, da história dos antepassados, o contador. Naquelas sociedades, segundo Nascimento Dias, o processo de envelhecimento não atuava como fator excludente, pelo contrário. Nessas sociedades, *o poder da palavra* era mais importante que *a força do trabalho*. E nelas, de fato, as palavras do ancião representavam experiência e sabedoria. Na medida em que estas sociedades foram passando por transformações de ordem econômica e política, a identidade do idoso foi sendo substituída por novas tecnologias, interferindo nas relações.

Hoje, nestas sociedades, a transmissão de conhecimento é feito de forma diversa, através da televisão, mídias sociais, avanços tecnológicos, relegando o conhecimento da pessoa idosa. Na medida em que a pessoa idosa não vivenciou essas transformações tecnológicas, seu conhecimento deixa de ter valor, o que interfere na forma como a pessoa idosa é valorizada pelas demais faixas etárias, mudando seu papel social até nas sociedades tradicionais, sendo condicionados a sujeitos passivos e sem o

valor simbólico que tinha, na figura do idoso, uma representação de respeito e sabedoria.

Podemos sintetizar as preocupações levantadas neste artigo, com as citações de SIMONE DE BEAUVOIR, que nos fala da CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO, em seu livro A Velhice (1990): Assim, ela discorre afirmando que *"exigir que os homens permaneçam homens em sua idade mais avançada implicaria uma transformação radical. Impossível obter esse resultado através de algumas reformas limitadas que deixariam o sistema intacto: é a exploração dos trabalhadores, é a atomização da sociedade, é a miséria de uma cultura reservada a um mandarinato que conduzem a essas velhices desumanizadas. É por isso que a questão passa tão cuidadosamente em silêncio; é por isso que urge quebrar esse silêncio".*

E propõe: *"como deveria ser uma sociedade para que, em sua velhice, um homem permanecesse um homem? Seria preciso que ele fosse sempre tratado como homem. É assim que, pela sorte destinada à velhice, a sociedade desmascara-se: ela sempre considerou o homem imaterial. Só o lucro conta, o seu humanismo é fachada. Quando os trabalhadores envelhecem, a sociedade afasta-se deles como uma espécie estranha***".**

Então, podemos deduzir que o problema não está no envelhecimento, está no sistema vigente, sendo a autora bastante contundente quando diz: *"A destruição do indivíduo que vemos na velhice é função da destruição que foi vítima durante toda a vida... A angústia dos velhos sendo excluídos da sociedade é a mesma do jovem que está sendo tragada por ela".*

-Educação Permanente

Quando, pelas análises anteriores, de Bordieu e Beauvoir, constatamos que o problema está no sistema vigente, verificamos que, da mesma forma que a nossa cultura desvaloriza o envelhecimento, também não o planeja, por faltar referenciais do que é ser velho.

Urge produzir um novo padrão da sociedade e esta é uma tarefa que temos que construir em conjunto com as novas gerações.

A educação permanente tem um papel a desempenhar na medida em que permite criar condições para o enfretamento de novas perspectivas e contribuir na construção de um mundo novo que exigirá maior grau de autonomia e independência. Uma educação que permita a reflexão crítica, a conscientização de seu estágio atual e a capacidade de transformá-la, durante toda a vida.

É uma pedagogia que parte de processos emancipadores a que se refere Paulo Freire. Reconhece-se naqueles a capacidade não só de aprender, de se adaptar, mas, sobretudo, de transformar essa realidade para nela intervir, recriando-a.

Sem dúvida este efeito não será alcançado se tivermos um currículo pasteurizado, revestido de pretensa neutralidade, técnico, que mais levaria à exclusão e não à ação transformadora que possibilitaria a criação de um cidadão crítico. Uma educação que forme atores com participação real, com poder de intervir na tomada de decisões, no planejamento e implementação de ações e na avaliação de seus efeitos, conforme nos fala Neri.

> "por força do preconceito e da realidade socioeconômica essas providencias raramente incluem oportunidades para treinamentos, capacitação e reciclagem profissional para os velhos que, uma vez colocados à margem do processo produtivo são incentivados a se envolverem com atividades de lazer e voluntariado". Neri 1993

A educação permanente é o caminho que poderia levar o indivíduo à práxis, ação e reflexão sobre o mundo em que vive. Entretanto, o que vemos amplamente ofertados por grande parte das instituições são atividades como lazer e voluntariado.

Assim, defendemos a educação como um dos fatores de equilíbrio não só para a convivência das próximas gerações como a saída para não cairmos nas contradições e nas armadilhas implícitas nos discursos divergentes de uma sociedade que irá implodir.

CONCLUSÃO

É assim que os discursos gerontológicos encontram-se muitas vezes desatualizados ou divergentes, ora em função de uma análise ultrapassada, utilizando comportamento de pessoas idosas de décadas passadas ora intencionalmente utilizando estudos para fundamentar medidas governamentais restritivas nos moldes dos documentos do Banco Mundial.

Os aspectos divergentes e análises contraditórias começam pelos quantitativos dos Censos do IBGE, conforme o pesquisador vá se referenciar em percentuais relativos a 60 ou 65 anos comparando com o total da população, o que causa discrepâncias consideráveis nos dados analisados.

É preciso termos uma abordagem do envelhecimento tendendo mais para uma conquista do que para um problema, entretanto, é preciso que políticas adequadas sejam desenvolvidas para que haja um envelhecimento digno e saudável, com qualidade de vida. Lutar por um Estado que aloque recursos nos orçamentos para programas com pessoas idosas é o que está colocado para a sociedade hoje

A questão da feminização do envelhecimento ultrapassa a necessidade de serem discutidas políticas específicas para mulheres no segmento idoso, eixo presente nas diretrizes internacionais.

Esta questão leva demógrafos à argumentações de que, como a mulher vive mais, não deveria se aposentar mais cedo, como consta de documentos oficiais do IPEA (2013), Esta argumentação, não encontra sustentação nos depoimentos dos movimentos de mulheres no Brasil que lutaram décadas para incluir suas reivindicações no sistema previdenciário, apenas validam preocupações governamentais e do Banco Mundial no sentido de restrição de direitos fundamentando reformas.

No aspecto econômico, encontramos inquietações relacionadas a um sistema que irá implodir.

Aqui, as visões pessimistas costumam servir de sustentação à necessidade de reformas urgentes, sempre na direção de diminuir os proventos do aposentado, o que nos leva a questionar sobre quem seriam os financiadores dessas pesquisas.

São visões que seguem as preocupações do Banco Mundial. São visões estáticas, mecanicistas, que levam em consideração apenas números captados do passado sem a necessária transposição para os tempos futuros, sem os correspondentes saltos qualitativos. Sem o cômputo das novas tecnologias, avanços da medicina, aumento do nível da escolaridade e outros fatores determinantes nas transformações sociais.

Da mesma forma que não se concretizou a explosão demográfica, também certamente não se concretizará a implosão, a população encontrará seu nível de equilíbrio.

Assim, também não pode ser colocado na conta do envelhecimento o déficit na previdência. A ANFIP comprova com números que este déficit é provocado pelo desvio de verbas da seguridade para outras finalidades e outros fatores geradores de ineficiência.

A visão neomalthusiana de que o envelhecimento seja uma ameaça, que vai implodir a previdência, vai implodir os serviços de saúde, vai criar crises intergeracionais em função dos direitos conquistados, não é anulada nem pela constatação de que o envelhecimento já é um mercado de consumo rentável.

Este é um fator que contribui para o PIB, mas nunca é lembrado pelos técnicos a serviço do sistema que, da mesma forma que o trabalho da mulher, existe um trabalho invisível da pessoa idosa não computado no PIB.

É no aspecto cultural que encontramos as mais gritantes divergências no discurso gerontológico. Chega à velhice a geração dos anos 60, que revolucionou o mundo e, certamente continuarão revolucionando, tornando velho tudo o que se falou sobre velhice até então. Então, precisamos estar atentos, evitar comparar a pessoa idosa de décadas diferentes. E deixar de nos referenciarmos no valor juventude e buscar o valor vida. Pessoas velhas valem mais porque têm mais vida! Nossa tarefa neste artigo é de buscar os parâmetros para fazer esta transição.

Prosseguindo, o artigo 22 do Estatuto do Idoso vem complementar as divergências atualmente presentes no discurso gerontológico.

Ora, se temos um processo envelhecimento crescente, um quadro de violência instalado contra pessoas idosas e se temos um diploma legal determinando para que seja incluído nos currículos mínimos conteúdos voltados para o envelhecimento, que vem a ser o artigo nº 22 do Estatuto do Idoso, porque o referido artigo não é cumprido?

A resposta nos remete a Bordieu, que apresenta o sistema educacional como uma das instituições onde o sistema social se apoia para assegurar sua reprodução ou para manter a ordem das coisas.

Neste sentido, o não cumprimento do referido artigo pode ser considerado um mecanismo de reprodução do sistema vigente, pela omissão, que se caracteriza em violência contra pessoa idosa, a VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, uma forma que devemos acrescentar às já existentes, corroborando os aspectos perversos do sistema econômico vigente.

Encontramos em pesquisas a evidência de que os velhos eram mais respeitados em sociedades primitivas, porque a ordem econômica nelas era outra.

A pessoa idosa em nossa sociedade não é reconhecido porque seu conhecimento já não é utilizado mais pelas novas gerações.

Segundo as pesquisas, nas sociedades antigas ou primitivas, o respeito aos mais velhos era resultante de outra ordem econômica vigente.

Hoje, nossa sociedade substituiu o valor da transmissão do conhecimento aos mais jovens pelas novas tecnologias e mídias sociais.

É SIMONE DE BEAUVOIR quem melhor analisa estas questões no que chama de CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO, no seu livro A Velhice. Alerta que as velhices desumanizadas são resultado de um sistema de exploração dos trabalhadores, que esse sistema nunca tratou o homem como homem, portanto, sua destruição na velhice é função da destruição de que foi vítima a vida inteira. É o que está resumido na frase: *"A angústia dos velhos sendo excluídos da sociedade é a mesma do jovem que está sendo tragado por ela."*

Embora aparente ser uma situação intransponível, é possível encontrar a saída pela via da educação permanente não só como uma necessidade numa sociedade que

envelhece e adquire anos a mais ainda não experenciados por outras gerações, mas como uma possibilidade para identificá-las e reverter os artifícios e artimanhas criados que aniquilam o envelhecimento.

É uma pedagogia que parte de processos emancipadores a que se refere Paulo Freire. Reconhece-se naqueles a capacidade não só de aprender, de se adaptar, mas, sobretudo, de transformar essa realidade para nela intervir, recriando-a. Urge a construção de um currículo que inclua treinamentos e reciclagem para os mais velhos, para que não sejam descartados num mundo altamente tecnológico, com fartas opções de lazer e voluntariado.

A construção de um novo ciclo, em conjunto com as novas gerações: esta seria a saída para não cairmos nas ciladas implícitas no discurso de uma sociedade que irá implodir.

REFERÊNCIAS :

BANCO MUNDIAL. Envelhecendo em um Brasil mais Velho: implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços. Sumário Executivo Washington: copyright Brasil.2011. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf

BORDIEU , Pierre. A Reprodução. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1975.

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. DISQUE 100 – canal de recebimento gratuito de denúncias via telefone, a nível nacional. Brasília.2013. SDH.

CAMARANO, Ana Amélia. Considerações Finais. Regime Demográfico: uma relação entre população e desenvolvimento? In: Novo Regime Demográfico: uma relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, IPEA, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia. ESTATUTO DO IDOSO: Avanço com Contradições. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, nº 1840).

CAMARANO, Ana Amélia; Kanso, Solange; Fernandes, Daniele. Envelhecimento Populacional, Perda de Capacidade Laborativa e Políticas Públicas entre 1992 e 2011. Rio de Janeiro. Ipea. 2013. (Texto para Discussão, nº 1890).
disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=16965&Itemid=2

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE. Sidra. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br

IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento Ativo. Uma Política de Saúde. Tradução Suzana Gontijo. Brasília. Organização Pan-Americana da Saúde. 2011.

NASCIMENTO DIAS, Maria Aparecida. Um olhar sobre a velhice em "Sangue da avó manchando a alcatifa". UEPB, disponível em:
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/Modalidade_1datahora_09_06_2014_16_17_45_idinscrito_892_9342df0289e81767a18b979ebeff59af.pdf>

PALMA, LUCIA TEREZINHA SACCOMORI. Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem –sucedida. Passo Fundo, UPF Editora, 2000.

PATARRA, Neide Lopes. Rumo a um novo perfil demográfico, disponível em: < https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v02n04/v02n04_07.pdf>

PONCIANO, Maria José; ALMEIDA, Hamilton Delgado de. FIOCRUZ**.** O envelhecimento: Uma revisão bibliográfica do plano de ação internacional aos espaços de controle social. In: CADERNO GERAÇÃO. Associação Nacional de Gerontologia-Seção Rio de Janeiro , Ano 3, nº 4, Rio de Janeiro, 2013.

QUEIROZ, Fernanda C.B. et all. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Print version ISSN 0104-4036 . vol.21 nº 79. Rio de Janeiro Apr/June 2013.Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000200009>